



**Estratégia**  
OAB

**SIMULADO FINAL PARA**

**2ª FASE**

**OAB**

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**Siga as nossas Redes Sociais**  
Estratégia OAB no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Diego Cerqueira

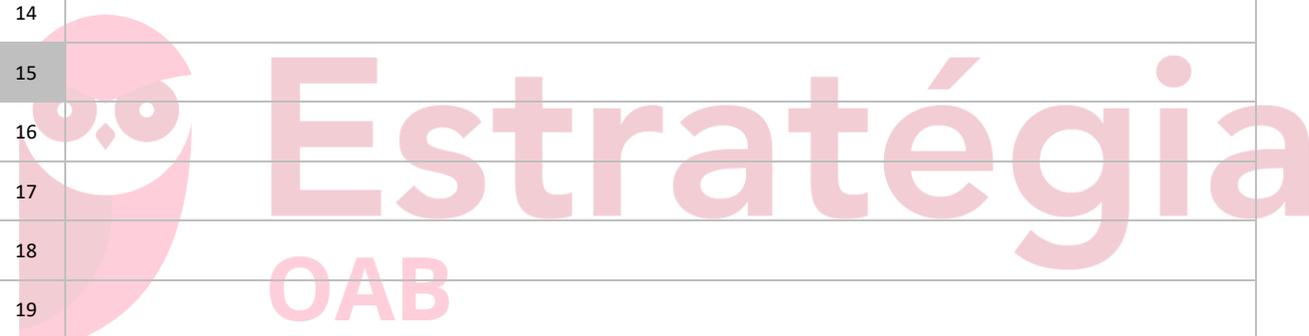
O Hospital de Campanha Y estava se negando a oferecer atendimento laboratorial adequado às crianças que eram levadas ao local necessitando de tal serviço. O Hospital foi criado com o objetivo de atender pacientes com um novo tipo de vírus que gerou uma pandemia, denominado COUS - 20. De acordo com as autoridades, não havia profissionais capacitados e medicamentos disponíveis em número suficiente para a disponibilização do respectivo serviço para o público em questão. A Associação Beta, constituída há 2 (dois) anos, cujo objetivo é a defesa do patrimônio social e, particularmente, do direito à saúde de todos, ficou inconformada com o ocorrido e com o grande número de crianças que se encontra correndo risco de morte. Por isso, decidiu peticionar ao Secretário municipal de Saúde, exigindo que fossem tomadas as devidas providências de forma imediata para a regularização do serviço público de Saúde.

A resposta do Secretário foi a seguinte: “a situação da Saúde, de fato, se encontra problemática, mas a única solução é a comunidade ter paciência e saber esperar a disponibilização de repasse dos recursos públicos federais, pois a receita prevista no orçamento municipal não fora integralmente realizada”. Por fim, deixou expresso que, por tudo que foi dito, o atendimento laboratorial às crianças continuará suspenso.

Importante ressaltar que, obras públicas da área de lazer e embelezamento do bairro em que está localizado o Hospital de Campanha Y, realizadas exclusivamente com recursos públicos municipais, continuaram a ser realizadas.

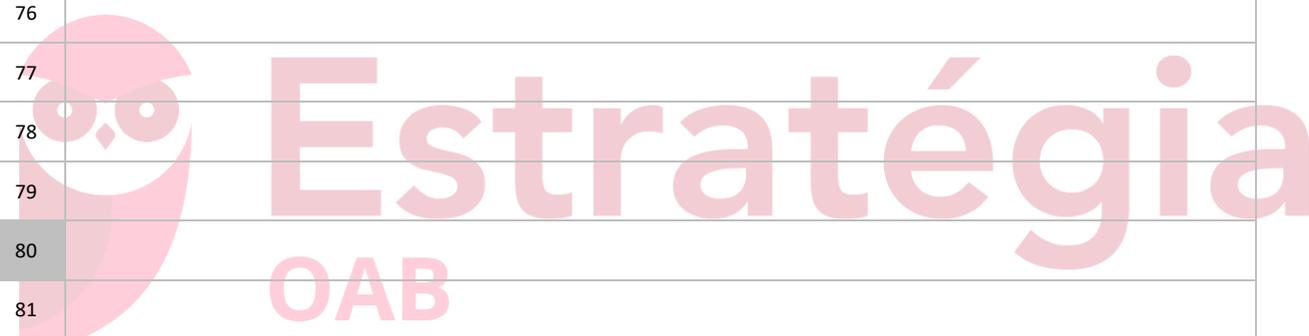
A partir do que foi informado acima, na condição de advogado(a) contratado(a) pela Associação Beta, elabore a medida judicial cabível para o enfrentamento do problema, inclusive com dilação probatória e providências imediatas, visando o oferecimento de atendimento adequado para todas as crianças que procurem os serviços do Hospital de Campanha. (Valor: 5,00) Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	



32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	



94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 1

A Empresa de colchões “Dormir Bem” ajuizou ação visando à anulação de penalidade que lhe havia sido imposta por órgão da Administração federal. Na ação foi alegado que a lei que prevê a sanção foi fruto de projeto que, após aprovado com alterações substanciais pela Casa legislativa revisora, teria seguido diretamente à sanção presidencial, sem antes retornar à Casa inicial, sendo por isso formalmente inconstitucional. Na primeira instância, a ação foi julgada procedente e o fundamento foi a inconstitucionalidade da lei que trouxe a previsão da penalidade. Entretanto houve a interposição de um recurso e, agora, o processo aguarda julgamento do órgão fracionário do Tribunal Regional Federal (TRF) respectivo. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que houve irregularidade no trâmite do projeto legislativo?
- b) Caso houvesse irregularidade no trâmite do projeto legislativo, é possível afirmar que não compete aos órgãos judiciais declarar em caráter incidental a inconstitucionalidade formal da lei, o que somente se admite em sede de controle concentrado, exercido por meio de ação direta de competência originária do STF?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 2

---

Um projeto de lei ordinária foi proposto por determinado deputado distrital com o seguinte objetivo: autorizar a entrada e a permanência de cães-guia, utilizados por deficientes visuais, em ônibus e em outros espaços públicos e privados do Distrito Federal. Com base no projeto, para exercer o direito, o deficiente deve apresentar o atestado de sanidade do animal, o comprovante de registro do cadastramento e adestramento do cão, emitido por associação responsável, e o comprovante pessoal de treinamento do usuário. Diante do projeto de lei, o Presidente da República resolveu ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI.

- a) É cabível a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nesse caso?
- b) Em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é cabível a propositura de medida cautelar perante o Supremo Tribunal Federal? Quais seriam os efeitos da decisão do STF no âmbito dessa medida cautelar?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 3

---

Em janeiro de 2019, parte da população do município X começou uma série de manifestações requerendo autonomia política, utilizando como argumento a negligência dos governantes com a população de parte do referido município. A solução apresentada pelos manifestantes foi formar um novo município, a ser denominado município Y. A Lei nº 123 foi aprovada pela Câmara de Vereadores, dividindo o mencionado município em dois, após realizada consulta pública à população e estudo prévio de viabilidade do novo ente federativo. A lei foi promulgada.

Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Há alguma inconstitucionalidade na norma municipal referida? Justifique.
- b) De acordo com o entendimento constitucional, é viável a formação do município Y?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 4

Rita, servidora pública do Estado Y, laborou em grande parte de sua carga horária de trabalho mantendo contato com agentes nocivos causadores de moléstias humanas bem como com materiais e objetos contaminados. Em conversa com um colega, obteve a informação de que, em razão das atividades que ela desempenhava, poderia requerer aposentadoria especial, com base no §4º do art. 40 da Constituição Federal de 1988. Rita, então, requereu administrativamente sua aposentadoria especial, invocando como fundamento de seu direito o referido dispositivo constitucional. Porém, recebeu notificação de que seu pedido havia sido indeferido, tendo a Administração Pública justificado o indeferimento com base na ausência de lei que regulamente a contagem diferenciada do tempo de serviço dos servidores públicos para fins de aposentadoria especial.

Com base no caso apresentado, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Com o objetivo de combater a mora legislativa descrita, qual a medida judicial a ser utilizada pela cidadã?
- b) Uma vez reconhecida a mora legislativa, quais podem ser os efeitos da decisão judicial?



# Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	